

Ensino Superior - da unicidade à diversidade

Luís de Jesus dos Santos Soares*

RESUMO

O Ensino Superior, em Portugal como noutros países europeus, diversificou-se em dois sub-sistemas : o universitário e o politécnico.

As relações entre os dois sub-sistemas não têm sido fáceis, apesar da aparência de normalidade no plano formal. Muitos factores intervêm nas reservas latentes, factores que, apesar de raramente explicitados, são implicitamente assumidos, quer individual quer colectivamente, nas relações entre os sub-sistemas e destes com entidades externas.

Só o conhecimento e respeito mútuos, o trabalho conjunto e a complementaridade não exclusiva poderão contribuir para um desenvolvimento harmonioso do ensino superior, orientado pela qualidade e para a qualidade : da formação, da investigação e da intervenção.

* Presidente do Instituto Politécnico do Porto

* Prof. Catedrático da Universidade do Minho

Não é fácil abordar as questões do Ensino Superior, simultaneamente numa perspectiva universitária e politécnica. Na realidade para os docentes e alunos de cada sub-sistema os que pertencem ao outro, são isso mesmo, " os outros ". E relativamente aos outros, humanamente, diversas relações são possíveis - desconhecimento, desconfiança, inveja, sobrançeria, competição, subserviência, autocracia, etc. ... sentimentos que se extremam quanto maior é o desconhecimento da realidade do outro, quanto mais forte é o imaginário que se constrói e que, interiorizando-se, se toma pelo real.

A primeira questão, fulcral como em todas as relações humanas é assim o conhecimento do " outro ", indispensável à aceitação do " outro ".

Quantos docentes universitários conhecem a realidade do ensino politécnico hoje, em Portugal ? (Bem mais grave do que desconhecer é pensar que se conhece; quando a base de cálculo é errada, o projecto será obviamente inaproveitável). Em sentido inverso o conhecimento é maior, já que a maioria do corpo docente do ensino politécnico é, ainda, proveniente de uma formação universitária e se encontra legalmente impedido de realizar a sua pós-graduação no sub-sistema em que se insere.

Para muitos o ensino politécnico continua a ser visto como uma promoção política de um ensino médio. Continua-se a não lhe conferir a plena cidadania de ensino superior, *que é*. Esse cercear de cidadania encontrou expressão na própria lei de bases dos sistema educativo.

Para muitos dos que fazem algum esforço de compreensão a análise que procuram fazer encontra-se, " *ab initio* ", perturbada pelo *referencial* escolhido - esquecendo-se de que, como instituições recentes, em fase de crescimento - ainda que acentuado - deveriam ser analisados numa base temporal idêntica à das universidades quando tinham o mesmo tempo de vida e não ao que têm hoje.

Faria sentido comparar a Universidade do Minho em 1980 com o Instituto

Superior Técnico e a Universidade de Coimbra no mesmo ano ? Certamente que não. E não cresceu a U.M. desde então, quer em dimensão, quer em qualidade, de tal modo que tal comparação hoje já faz sentido?

E não foi o reconhecimento dessa especificidade que permitiu que a Universidade do Minho, com empenhamento e inteligência conseguisse os meios indispensáveis ao desenvolvimento atingido? Se à Universidade do Minho, e às outras Universidades Novas, não tivesse sido reconhecido estatuto idêntico ao das já existentes, e concomitantemente lhe tivessem sido aplicados critérios adequados ao seu estadió de desenvolvimento, ter-se-ia atingido a situação actual? Certamente que não.

Ora, qualquer observador atento e imparcial verificará que o mesmo procedimento não está a ser adoptado relativamente ao ensino Politécnico. Se é certo que os mecanismos de competição que se desenvolveram acentuadamente na sociedade portuguesa nos últimos anos podem explicar tal comportamento, não o podem, porém, ética e realisticamente justificar.

Se é certo que o crescimento acentuado do ensino superior, sem o correspondente acréscimo orçamental, veio reforçar e desumanizar a competição, não é menos certo que, se tal crescimento se tivesse efectuado exclusivamente através do sub-sistema universitário, tal competição, seria ainda, mais acentuada.

Um outro factor fortemente perturbador do equilíbrio necessário é o do prestígio do diploma do licenciado. Numa sociedade em que o *mérito do título* se continua ainda a sobrepor ao *título do mérito*, felizmente com algumas e raras excepções, em que ser licenciado incompetente é, por definição, mais meritório que ser não licenciado competente, a concessão do grau torna-se certificado de prestígio institucional e a obtenção do grau - a qualquer preço - sinónimo de sucesso.

Sobre uma falácia constroem-se outras - sobre a omnipresença da licenciatura constroi-se uma ordem de mérito dos dois sub-sistemas. Construção que repousa no imaginário, mas que nem por isso é menos real. Tal situação é imposta ao ensino superior politécnico pelas limitações, a que se encontra sujeito, quer as que são objectivadas administrativamente, quer as que subjectivamente enformam as decisões políticas, casuística e aleatoriamente assumidas.

Mas o mais grave é que, numa sociedade que a *imagem* se sobrepõe ao *conteúdo* das limitações impostas administrativamente acabam por resultar condicionantes fortes na procura. Não é por acaso que as diferenças entre as classificações de acesso se acentuam em cursos que conduzem a estatutos profissionais diferentes - e mesmo aqui apenas para as universidades de maior dimensão, e não para as de menor dimensão - e são inexistentes para cursos que conferem o mesmo estatuto profissional !

Mas a argumentação falaciosa vai ainda mais longe: confunde-se *qualidade* com *unicidade*, na senda de um subjectivo colectivo de " *modelo único* ", esquecido que é o facto de que é da diversidade, interpenetradora e complementar, que resulta o equilíbrio e a manutenção da vida, a força e o desenvolvimento das nações. Convém, a propósito, recusar um conceito erróneo, sempre subjacente, ainda que não assumido, do *que é* e do *que não deve ser* o ensino politécnico : os cursos do ensino politécnico *não são, nem podem ser*, os preparatórios de cursos universitários. Deste conceito errado resultam outros:

a) o de que a *intercomunicabilidade* entre os dois sub-sistemas é *unidireccional* : do politécnico para universitário, tendo por objectivo a obtenção do grau de licenciado. Esta visão resulta de, e conduz a, uma hierarquização politicamente não assumida, mas vivida na realidade.

A *intercomunicabilidade* é a possibilidade de deslocação nos dois sentidos, de acordo com o perfil profissional pretendido pelo aluno, com o reconhecimento das competências adquiridas em cada um dos sistemas.

A intercomunicabilidade implica assim:

- o reconhecimento de que existem perfis profissionais diversos, nos dois sub-sistemas, sem que dessa diversidade resulte implicitamente uma hierarquização;
- o mútuo respeito pelas competências adquiridas no outro sub-sistema e, através delas, dos próprios sub-sistemas;
- a abolição do *conceito anacrónico de equivalência a disciplinas*, substituído por um *reconhecimento das competências* adquiridas, em termos de *unidades de crédito* obtidas nas áreas científicas

constituintes dos cursos.

A situação pode ser levada ao absurdo, como é o caso do verificado com a UTAD, em que no regulamento de transferências consta um artigo em que se refere que " não será dada qualquer equivalência a disciplinas em que o aluno obteve aproveitamento no ensino politécnico" ; à avaliação científica sobrepõe-se o preconceito irracional e fundamentalista de quem quer parecer o que não é;

- que se ponha cobro à situação absurda de um graduado pelo ensino politécnico português seja admitido à frequência de mestrado e doutoramento no estrangeiro, obtendo os graus respectivos com distinção, seja impedido de o fazer no próprio país;
 - que se elimine a confusão reinante entre unicidade e qualidade, entre unicidade e competência;
- b) o de que os cursos de ensino superior politécnico são cursos preparatórios dos cursos universitários destinados a fazerem a triagem do número crescente de alunos que têm acesso ao ensino superior, em resultado da política de massificação, e do abaixamento da qualidade que se verifica, e é unanimemente reconhecida por todos, do qual resultam taxas de acumulação elevadas, principalmente nos primeiros anos. Nessa perspectiva competiria ao ensino politécnico suportar o ónus dessa massificação e desse abaixamento de qualidade, reservando-se as universidades para receber posteriormente os melhores alunos.

Pelo contrário os cursos do ensino politécnico são cursos que têm perfis e sequências de formação diversa, multi-etápicas, habilitantes para o exercício profissional em cada uma dessas etapas. Os perfis de formação dos dois sub-sistemas não têm necessariamente de coincidir em pontos diversos do percurso (o retorno à mítica unicidade!), mas a formação adquirida, ainda que diversa, deverá equivaler-se em certos pontos intermédios.

Sendo a formação, pela sua natureza, um processo continuado e permanente, os necessários perfis de formação serão obrigatoriamente diversificados, tendo em atenção:

- as necessidades e apetências próprias dos formandos;
- o seu percurso profissional;
- a evolução científica e tecnológica dos diferentes sectores;
- a viabilização da graduação por unidades de crédito, não necessariamente contíguas no tempo, orientadas por áreas científicas e não por disciplinas;

c) o de que ao ensino politécnico está vedado o ensino pós-graduado.

A crescente massificação do ensino pós-graduado, nomeadamente dos mestrados, em resposta a uma baixa taxa de pós-graduação claramente existente, não parece alicerçar-se numa análise criteriosa dos recursos humanos necessários, alheia a critérios de empregabilidade, orientada, ela também, por o " grau-pelo-grau ", com uma oferta construída com base em critérios de disponibilidade (que terão necessariamente de ser considerados, mas não só), de cativação de financiamentos, de promoção na carreira e da possibilidade de alargamento do recrutamento por parte de grupos disciplinares, e não por estudos ou previsões de mercado, a curto e a médio prazo.

Os riscos de tal política parecem, desde já, desenhar-se com crescentes preocupações de qualidade e problemas de empregabilidade dos formandos, não previamente vinculados a qualquer organismo ou empresa.

Importa, por isso, repensar a pós-graduação acabando com a unicidade dos mestrados - permitindo-se o mestrado por investigação, envolvendo todas as vertentes de I & D.

Defendemos que a pós-graduação no ensino politécnico deve privilegiar (ainda que sem ser exclusiva) o trabalho de I & D desenvolvido em ambiente empresarial supervisionado.

UNIVERSIDADE E POLITECNICO : A CONSTRUÇÃO DE UMA PARCERIA

Depois destas reflexões iniciais de diagnóstico duma realidade existente, mas que importa alterar, torna-se necessário apontar vias de solução e perspectivas de trabalho conjunto. Sem a preocupação de ser exaustivo lançar-se-ão para a discussão algumas ideias que visam a construção de um modelo de parceria.

Recorde-se que uma parceria só poderá ser efectiva se mutuamente benéfica, assente no respeito e reconhecimento mútuos, na interpenetração e complementaridade, geradoras de sinergias relevantes.

Tais critérios de parceria implicarão:

- a substituição do regime de equivalências disciplinares pelo de unidades de crédito nas áreas científicas de cada curso, privilegiando-se os critérios de *competência na diversidade* e não os de *identidade disciplinar*.

A adopção deste mecanismo implicará certamente uma alteração significativa de mentalidades, mas é condição indispensável de aceitabilidade mútua;

- a *flexibilidade na colaboração de docentes* entre os dois sub-sistemas - que designaríamos por " ERASMUS Nacional para a mobilidade de docentes" - realizada no âmbito de acordos inter-institucionais.

Não faz para nós qualquer sentido que a mobilidade de docentes tenha permitido que docentes de universidades estrangeiras intervenham nas escolas do politécnico e docentes do politécnico em universidades estrangeiras, e tal mecanismo não se aplique dentro do nosso país.

- a organização da *mobilidade de estudantes*, permitindo a estes períodos curtos de estudos, pré-creditados, noutras instituições de ensino superior - " um ERASMUS Nacional para a mobilidade de estudantes - .

Contribuir-se-ia, assim, para um melhor conhecimento mútuo e uma fertilização, cruzada interinstitucional, fomentando-se a diversidade de formação;

a *organização conjunta de cursos de pós-graduação* que respondam às necessidades efectivas dos docentes e dos graduados do ensino politécnico, utilizando os recursos humanos e materiais das instituições universitárias e politécnicas envolvidas, e tendo, ainda, o efeito multiplicador de permitir a constituição de *pólos de investigação* nos politécnicos - como projectos autónomos ou como núcleos de projectos mais amplos - e permitindo a criação de condições para a fixação dos docentes à própria escola.;

- a *mobilidade de docentes no âmbito da investigação* - constituição de *equipas de multi-institucionais e multi-polares*, permitindo obviar à mobilidade unidireccional, hoje existente dos docentes do politécnico para as universidades no âmbito da pós-graduação e, o que é mais grave, a transferência definitiva, uma vez concluído o doutoramento (são múltiplos os exemplos já verificados, traduzindo-se em grave desperdício dos recursos, já de si escassos, neles investidos pelas respectivas escolas).

Num regime multipolar, cujos pólos, sem perda de unidade, teriam recursos próprios, ao alargar-se o campo de intervenção dos docentes de cada um dos sub-sistemas, criando-se equipas com dimensão adequada, orientada para a fixação de cada um à sua instituição, e não para uma captação de docentes da outra, processo que seria éticamente indefensável.

- o *desenvolvimento de projectos conjuntos de intervenção* no tecido empresarial, envolvendo equipas mistas que permitam reunir as competências específicas e responder atempadamente as solicitações efectuadas - cujos requisitos envolvem usualmente diferentes áreas científicas e, dentro de cada área, competências específicas, sendo para umas mais vocacionados os docentes universitários e para outras os docentes do politécnico.